

“O 25 DE ABRIL VISTO POR UM RAPAZ DE 17 ANOS, DE VILARCHÃO, VIEIRA DO MINHO!”

————— Manuel José Pinto da Costa

Esta é a minha modesta contribuição, para a feliz iniciativa, de perenizar o 25 de Abril, através duma obra plural de conteúdos e de autores, com visões singulares e livres, daquilo que naquele “dia inicial, inteiro e limpo”, como o descreveu Sofia de Mello Breyner Andresen, se passou e nos devolveu o sonho de pensar e atuar em Liberdade.

Nasci numa família de doze irmãos, dos quais apenas conheci dez. Dois deles faleceram quase à nascença e eram mais velhos do que eu. Resultado da pobreza em que vivíamos, igual à de tantas outras famílias, igualmente numerosas e sem recursos. Havia um Hospital na vila, mas os partos eram sempre em casa, salvo grave complicação que as parteiras da aldeia, não soubessem resolver. É que os serviços no hospital não eram gratuitos e o dinheiro não abundava.

Eramos muitos, para um só salário, o do meu pai. Porém todos trabalhávamos na quinta, não havia era vencimento. Até ovos, milho, batatas, vitelos, os meus pais vendiam. Pois, mas era para comprar tecidos, com os quais a minha mãe costurava as nossas roupas e também para amealhar, precavendo situações de doença ou para pagar os livros escolares.

Tinha eu cinco e ouvi uma conversa entre o meu irmão Amadeu, que era também meu padrinho, com a minha mãe, dizendo que se o não deixassem emigrar, que para a guerra, não haveria de ir, não tinha nada que ir lutar contra quem nunca lhe tinha feito mal e que nem sequer conhecia, que se ia esconder numa mina e nunca mais o veríamos. Fiquei assustado, gostava tanto do meu padrinho. Passados alguns meses, dando pela falta dele à mesa, preparava-me para perguntar, mas logo a minha mãe disse que ele tinha ido ajudar a tia Júlia, irmã da minha mãe, para Fafião e que ia ficar lá uns quinze dias, enquanto dele precisassem. Não foram precisos quinze dias, ao fim duma semana, recebemos uma carta de França, sem remetente, mas cuja caligrafia me não enganava, era do meu querido irmão Amadeu, informando que tinha chegado bem e que já estava a trabalhar e com apoio de nossos familiares, igualmente aí emigrados.

Corria o ano de 1963, as guerras do ultramar, haveriam de durar mais onze anos, malditas guerras que tanto sofrimento nos causaram, abençoados Militares de Abril, por lhes terem posto fim!

Fugiu o Amadeu, mas a sina estava traçada para o Albino, o segundo irmão mais velho, que tinha desistido do Seminário e rapidamente o Exército o chamou para o incorporar no Curso de Oficiais Milicianos, na Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, depois de ter ido previamente à inspeção. Eu tinha nessa altura dez anos e também “imigrei”, fui para Fátima, para o Seminário Monfortino. Tenho uma fotografia de família onde estamos os dez irmãos e os meus pais, com ele fardado, já Aspirante a Oficial e eu com o meu primeiro fato, que tive de levar, fazia parte do enxoval obrigatório, para o seminário. Uma espécie de minha primeira farda!

Poucos dias depois desse registo fotográfico, o Amadeu rumou novamente a França, eu voltei a Fátima e o Albino a Pundandar, Moçambique. Do Albino íamos tendo notícias através dos aerogramas que nos enviava, mas que só a minha irmã Isabel conseguia ler, pois tem uma caligrafia ainda mais indecifrável, que a minha. Ao fim dum ano de “estágio” para ver se tinha vocação para padre, regressei sem resultados, seja académicos, seja vocacionais, seja de satisfação pessoal. Foi duro passar um ano letivo, com dez anos, saído duma família numerosa, onde era muito acarinhado e que só vi nas férias do Natal e da Páscoa. Fátima fica a mais de trezentos quilómetros de Vieira do Minho.

A situação do Albino, era bem mais difícil, mas ele nunca se queixou, falava sempre bem da terra onde estava, das suas gentes e omitia as dificuldades e as agruras da guerra e dos sustos e aflições por que passou. Algo de valoroso deverá ter feito e fez, foi condecorado com a Cruz de Guerra.

Vindo do seminário, tive a sorte de abrir um posto de telescola na freguesia de Anjos, contígua à aldeia onde nasci e residia, no qual a minha mãe me matriculou, bem como ao meu irmão João.

Concluído aí, o segundo ano, (atual sexto), fiz nova investida no caminho eclesástico, fui para o Seminário Salesiano, em Mogofores e, tentativa novamente frustrada. Novo regresso às origens, desta vez com alguns ganhos, aprendi nos Salesianos, um método de estudo, forma de estar nas aulas e beneficiei duma forma de ensinar vanguardista, que me foi de grande utilidade, depois, pela vida fora.

Matriculado no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em Vieira do Minho, senti-me um pouco como peixe na água, as exigências de estudo e de concentração a que fui sujeito no seminário, facilitavam-me a aprendizagem e a obtenção de resultados. O ambiente era também de mais frescura, era um colégio misto e isso fazia toda a diferença.

A política passava-me um pouco ao lado, salvo o espectro da guerra a que estaria irremediavelmente sujeito, quando a idade chegasse. Apenas comecei a acordar, quando através das cartas vindas de França, do Amadeu, nos descrevia as greves nas obras onde trabalhava e os piquetes de greve que eram implacáveis com os fura greves. Por cá, nada se passava, não tínhamos televisão, e o primeiro rádio que houve na casa dos meus pais, foi o meu irmão mais velho, que o trouxe da França e lho ofereceu. A primeira televisão foi oferta minha, com os dinheiros que fui amealhando, quando trabalhei de trolha, depois do serviço militar obrigatório.

Recordo-me apenas das visitas do tio Amadeu Barroso, (*irmão da minha avó materna e do tio Padre Júlio Barroso, este um monárquico confesso e antirrepublicano, que muitas vezes teve de fugir, por passagens secretas e túneis, para não ser abatido pelos republicanos da primeira república*) e do Dr. Carlos de Magalhães, dois antifascistas, (*mas sabia lá eu o que era isso de fascismo!*) que vinham falar com o meu pai e tentavam doutriná-lo. Depois destas visitas, invariavelmente, lá abordava o meu pai sobre o que eles queriam, ao que respondia que eram conversas para gente grande e assim me mantive, quase em completo analfabetismo político, até ao dia 22 de Fevereiro de 1974, aquele em que o General António de Spínola, publicou o livro “Portugal e o Futuro” decisão que provocou a sua destituição de Vice-Chefe do EMGFA e do CEMGFA, General Costa Gomes. Menos dum mês depois, o regime levava um segundo abanão, com a Intentona das Caldas da Rainha. Comecei então a tomar consciência que algo poderia mudar de repente e a guerra do ultramar poderia estender-se à metrópole. A minha mãe ia também dizendo que poderia vir aí uma guerra civil, que as coisas estavam a aquecer lá por Lisboa.

Felizmente assim não veio a ocorrer, desta vez os militares revoltosos, estiveram unidos e “o povo saiu à rua” celebrando a Liberdade!

E o que tinha sido Golpe de Estado, tornou-se Revolução, pela adesão popular espontânea e entusiástica!

Vivemos então, numa espécie de êxtase e loucura revolucionária, o Governo determinou que deixássemos de pagar propinas, passámos a fazer exame do 5º ano, apenas a português e a matemática, minorando a discriminação que havia do ensino particular, face ao público.

Falar do 25 de Abril, é uma grande responsabilidade, sendo ainda maior, para quem muito desejou o fim das guerras do Ultramar, o fim da emigração para fuga à tropa e à fome, mas que, fruto da minha idade, nele não tomei parte ativa.

Com dezassete anos, completados cerca de mês e meio antes e frequentando o 5º ano do Curso Geral dos Liceus, foi com um sentimento misto de espanto, alegria e receio, que acolhi a boa nova, da Revolução dos Cravos!

De espanto, porque, desde a tomada de posse de Marcello Caetano, como Presidente do Conselho de Ministros, a 27 de Setembro de 1968, e da morte de Salazar a 27 de Julho de 1970, que o regime anterior, ia demonstrando alguns sinais de abertura e arejamento, nomeadamente aceitando a democratização do ensino, protagonizada e avançada pelo Ministro José Veiga Simão, em 1970, e autorizando a publicação do livro Portugal e o Futuro, do General António de Spínola, (sem o prender), decisões absolutamente impensáveis, nos governos de António de Oliveira Salazar.

De alegria, pois para um jovem, pouco dado a ficar calado, ouvir falar em liberdade, no fim da guerra, (para onde teria de ir, dali a três ou quatro anos), da igualdade e de tantas outras realidades, que a partir daí, nos eram garantidas “de bandeja”, só podia dar lugar a forte júbilo, incontido entusiasmo e adesão, não só minha, mas também da imensa multidão de beneficiários, deste Novo Portugal Democrático.

De receio, e até mesmo algum medo, que tudo, mais uma vez, não passasse duma quimera, uma intentona ou uma brisa passageira. Felizmente assim não foi, houve um plano bem gizado, uma execução perfeita e sem falhas, a coragem, a valentia e a rebeldia generosa, dum punhado de Capitães, Oficiais, Sargentos e Praças, que enfrentaram o poder instituído e o derrubaram.

E, com o 25 de Abril, renasceu o sonho e o ideal, dum Portugal a sério, dum país uno, solidário e territorialmente coeso, mas que, com o passar dos anos, se chega à conclusão, que apenas os sonhadores, os poetas e os loucos, o querem e por ele continuam a lutar de forma pura, altiva e apaixonada!

Bendita loucura!

Com a autêntica explosão de Liberdade que o 25 de Abril nos trouxe e a adesão popular espontânea à revolução, ainda nesse mesmo dia, o golpe de estado conduzido exclusivamente por militares e liderado maioritariamente por Capitães e subalternos, dava lugar à Revolução dos Cravos. O povo agarrou a revolução, abraçou-a, adotou-a, amou-a, e com o Movimento das Forças Armadas estabeleceu a Aliança Povo/ MFA. Foi caloroso e belo, esse período de sonho, de conquistas e de progresso.

Davam os Partidos políticos os seus primeiros passos, excluído o PCP, esse já mais antigo e o PS com menos de um ano de vida. Mesmo assim, passado um ano, houve eleições livres para a Assembleia Constituinte, com uma taxa de adesão de 91,66%. Nunca mais a abstenção foi tão baixa. Parece que, com o passar dos anos, a vontade de agarrar e alindar a Liberdade e a democracia, se vai desvanecendo!

É pena! Essa nossa demissão cívica, pode ser-nos fatal.

Entendo que, passados cinquenta anos, é imperioso que as eleições definam e materializem a vontade popular inequívoca e maioritária, e isso só se consegue tornando o voto obrigatório, com penalizações sérias para os abstencionistas, equiparadas ao incumprimento no pagamento de impostos. Só com a votação da totalidade dos cidadãos com direito a voto, se obtêm resultados eleitorais sérios. Quanto mais ampla for a participação eleitoral, mais difícil se torna a manipulação e o arranjismo.

Conforme os dias loucos pós-revolução iam passando, mais a minha adesão aos valores da liberdade, se alicerçavam e o meu ideário político, ia tomando forma.

Recordo as inúmeras RGA (Reuniões Gerais de Alunos) em que os movimentos de extrema-esquerda, assumiam as mesas do plenário e depois empaleavam a conversa até que quase todos desistissem da reunião, menos o grupinho deles. Aí chegados, aprovavam por unanimidade tudo e todas as barbaridades revolucionárias. Certa vez aprovaram uma greve, com vista ao saneamento duma docente de História, professora dum colega meu. Perguntei a esse meu amigo se a professora era incompetente, se faltava às aulas, se discriminava alunos, ao que me respondeu negativamente e que era uma docente dedicada, competente e que se não metia em assuntos políticos partidários.

Fiquei esclarecido e resumindo, furei a greve, tendo sido perseguido pelo meu chefe de turma, militante do MRPP, que me insultou de fascista, fura greves e de reacionário.

Bem, como não me identificava com nenhum dos atributos, apesar de ter furado de facto a greve, aprovada por entre vinte e trinta alunos, num universo de quase mil, as coisas teriam terminado muito mal, não fora a rápida intervenção do contínuo, Senhor Armando, por quem eu tinha muito respeito, admiração e amizade.

Naquela altura lia muito, para além dos manuais escolares! Devorava tudo o que dissesse respeito a política. E dessa leitura, da visão do mundo que me era dado a conhecer pelos livros, jornais e revistas, fascinei-me pela Social Democracia, que, no meu modesto entendimento, é uma forma de organização social, económica e do poder político, que controla e tributa as altas fortunas e protege e ajuda os mais desfavorecidos, criando uma ampla e robusta classe média. Uma sociedade onde as franjas marginais, são de ricos e de pobres.

Mas, se o que por aí mais existe, são governos que se apresentam como social-democratas e temos uma sociedade de muitos pobres, alguns ricos e uma franja marginal de classe média, denunciando que algo vai mal, que há incoerência entre a ideologia e o desempenho no terreno, de quem é detentor do poder político e dos destinos dos países e dos povos. Há até quem “tenha decretado o fim das ideologias” e a realidade não o desmente.

Com o 25de Novembro, que pôs fim à bagunça do PREC, a extinção do Conselho da Revolução, em Setembro de 1982 e a atribuição das suas funções ao Conselho de Estado e ao Tribunal Constitucional, cuja constituição tem forte peso partidário, a partir de então, a partidocracia tomou conta da democracia e tornou-se uma nova espécie de ditadura, que tudo controla, tudo subjuga e tudo gere. Os Partidos políticos são hoje, os caciques que tanto se condenavam nos primeiros anos, pós 25 de Abril e que eles próprios, tanto abominavam.

Com a forma de organização e distribuição de lugares de deputado, para a Assembleia da República, onde Lisboa e Porto têm quase metade de todo o plenário, acrescentando irem ainda, muitos naturais destas cidades, tomar parte das listas de candidatos, doutros distritos, não tarda, teremos metade da população no “Terreiro do Paço”.

Não cola aquela “verdade de La Palisse” que diz, que todo o deputado, representa o país e não o círculo por onde é eleito, pois, se assim é, distribuíam os 230 lugares, por área de distrito e os lugares a distribuir, pelos seus naturais ou residentes. Pode ser que o interior se volte a encher, as chaminés das casas desse Portugal profundo, voltem a deitar fumo e a vida aí regresse. Recordo o tempo da minha meninice, em que na minha aldeia não havia casas desabitadas, hoje são algumas dezenas delas, para além de desabitadas, degradadas e com os quintais, que antes davam algum sustento, em vegetais e animais, a silvas e outros infestantes. Zonas há, no interior mais profundo, que são aldeias inteiras, nestas situações. Com o desaguar de rios de dinheiro proveniente da Europa e com a falta de visão estratégica e deficiente conhecimento da sociedade, a classe política nacional, deu uma forte machadada no interior e nas suas aldeias e em lugar de ajudar os agregados pobres a recuperar as suas residências, onde tinham as suas courelas, quintais e pequenas propriedades, que lhes garantiam o mínimo de sobrevivência, começou a construir bairros sociais, com construção em altura, arrastando populações das aldeias, para as vilas e cidades, alimentando-as com magros subsídios que não garantem a sua sobrevivência com dignidade. Muito mais poderia ter sido feito, com muito menos dinheiro e a qualidade de vida desses agregados seria outra, bem melhor. Claro que dava mais trabalho, eram muitos processos a estudar, mais obras a executar, um acompanhamento territorialmente mais trabalhoso, mas teria valido a pena. Pode ser que a partir de agora, com a vinda de outros povos, que estão a ocupar os espaços que vamos deixando vazios, repensem a estratégia e os métodos, a bem do ressuscitar do Portugal profundo e esquecido, salvo em momentos eleitorais.

Há uns meses, ouvi, num comentário do Dr. Luís Marques Mendes, uma informação que me deixou estarrecido. Segundo dados por ele recolhidos, vivem, na grande Lisboa e no grande Porto, 45% da nossa população e 82% da mesma população vive numa faixa de 20 quilómetros, encostada ao mar.

Resumindo, 18% da nossa população, está espalhada por cerca de 90% do território nacional e 82% ou vivem em Lisboa, Porto ou em “zona de praia”!

Quem se identifica com os valores e com o legado da Revolução de Abril não pode aceitar sem, com veemência e revolta, protestar contra esta realidade.

Lisboa e todos os grandes centros, onde há muitos votantes, têm um desenvolvimento potenciado pelo poder dos votos que rendem. As regiões de

baixa densidade populacional, perdem cada vez mais gente, pela mesma lógica perversa, não se investe aí, porque não rende votos.

É este o preço que paga quem se nega a sair do interior! Também este foi um custo da Liberdade e está a ser o lado mais negro e imprevisível, do 25 de Abril! Antes as aldeias estavam cheias, o interior povoado, havia indústrias, comércio e muita gente, e quase que não havia autoestradas. Parece que estas apenas tiveram a “maldição” de levar daqui as pessoas e as empresas. Resta-nos a Alma dum povo que não desiste, não se rende, e que continua a defender com bairrismo e muito apego, estas serranias agrestes e belas, que muito amam e que também são Portugal, porventura o Portugal mais nobre, mais genuíno, mais alegre e mais leal!

É urgente fazer renascer o espírito que orientou o 25 de Abril, com gente nova na política, cuja mentalidade seja igualmente jovem, com espírito de missão, que queira servir e não servir-se, que tenha uma estratégia de desenvolvimento, que aceite contributos vanguardistas e arriscados, para edificarmos um novo Portugal, de que, novamente, nos orgulhemos!

Um Portugal sem espertalhões, sem corruptos, sem vendedores de ilusões, sem comunicação social que controla políticos e orienta políticas, sem “compradores de votos e de consciências” para aceder ao poder, sem republicanos de espírito monárquico, que se agarram ao poder, saltitando de função em função e tudo fazem, para tudo transmitirem o poder, aos seus descendentes e familiares.

Abril abriu-nos horizontes, restituiu-nos a liberdade, com ele libertámos e fizemos nascer novos países, Pátrias-Irmãs, integrou-nos no seio dos países democráticos desenvolvidos. Recebemos mais de um milhão de compatriotas fugidos de territórios que julgávamos irem desfrutar da justa e merecida paz.

As grandes cidades de Angola, Moçambique, estavam muito mais desenvolvidas do que Lisboa e o Porto e as suas populações muito mais abertas à modernidade.

Por cobardia americana e complexo do desastre no Vietnam, por má gestão do processo de descolonização, vimos gorar-se-lhes a independência e a liberdade e vimos o eclodir de nova colonização pela URSS e por Cuba, com colonizadores bem mais desonestos, corruptos e bárbaros e assistimos a uma guerra bem mais sangüinária.

Recordo, como se fosse hoje, o discurso do General António de Spínola, a falar ao país, como Presidente da Junta de Salvação Nacional, apontando um Portugal pluricontinental com garantias de autodeterminação e independência para as antigas colónias, no curto prazo. Mas a situação aqueceu e houve uma rápida ascensão da influência do Partido Comunista Português e do sector mais à esquerda do MFA que conduziram à intentona do 28 de Setembro e à substituição de António de Spínola por Costa Gomes e posteriormente à fuga para Espanha de Spínola, no 11 de Março de 1975. A “maioria silenciosa” tentou que o movimento não resvalasse tanto para a esquerda e há quem defenda que pretenderiam o regresso ao antigo regime. Não subscrevo essa ideia, até porque Spínola estava envolvido e deu provas sobejas de querer romper com Caetano, tendo chegado mesmo a tentar negociar eventuais fórmulas de autodeterminação e independência, com o PAIGC, quando era Governador da Guiné.

A partir de então, parece que tudo ficou sem controle, foram entregues as ex-Colónias, aos movimentos de libertação de ideologia marxista, contrariando o previsto nos acordos do Alvor.

Timor não estava em guerra com Portugal, tal como S. Tomé e Príncipe e Macau, eram territórios, completamente em paz e onde a presença portuguesa não era posta em causa. Durante a segunda guerra mundial, aquando da invasão japonesa, os timorenses esconderam respeitadamente acondicionada e guardada, a Bandeira Nacional, para que não fosse ultrajada pelas tropas invasoras. S. Tomé e Príncipe era um arquipélago deserto, quando os portugueses lá chegaram e Macau tinha nos sido oferecido por um imperador chinês.

Houve, no entanto, a clara e inequívoca decisão política, de fazer a descolonização com a máxima celeridade.

“Depressa e bem, há pouco quem”, diz o povo e assim é de facto.

A entrega de Angola e Moçambique a movimentos de ideologia marxista, contrariando os Acordos do Alvor, conduziu à reação esperada dos outros movimentos de libertação que, sentindo-se postos de lado, não depuseram as armas, continuando a guerra civil contra os novos colonizadores Russos e Cubanos e seus “aliados internos”, os detentores do poder.

No dia de S. Martinho, 11 de Novembro de 1975, era dada a independência a Angola e entregue o poder ao Presidente Agostinho Neto do MPLA, que já na altura se digladiava com a UNITA (Jonas Savimbi, no mesmo dia,

proclamou a independência no Huambo) e com a FNLA (Holden Roberto, proclamou, no mesmo dia, a independência, no Ambriz), numa guerra civil, que apenas terminaria com a morte de Jonas Savimbi, em 2002.

Macau, cuja entrega à China viria a concretizar-se no final do século vinte, a 19 de Dezembro de 1999, e Timor, que proclamou a sua independência a 28 de Novembro de 1975 em relação a Portugal, foi poucos dias depois invadido e anexado pela Indonésia, tornando-se totalmente independente a 20 de Maio de 2002, terminando assim a odisseia portuguesa.

A Revolução dos Cravos, restituiu-nos a liberdade, a paz, a convivência e respeito, no seio das nações. Deixamos, a partir de então, de ser o “Portugal orgulhosamente só” de Salazar, desfizemo-nos do “Império onde o Sol nunca se punha”, mas mantivemos o “Império da Língua Portuguesa” de Fernando Pessoa, parindo um conjunto de países independentes, com quem mantemos ligações fraternais de amizade, respeito, solidariedade e parcerias estratégicas imorredouras e com quem partilhámos cerca de meio milénio de história comum.

A perenidade do 25 de Abril, é garantida por esse legado libertador de novas Pátrias, que universalizou a Revolução e a tornou farol inspirador, seja pelos métodos, seja pelos objetivos alcançados, seja pelo exemplo de desprendimento e modéstia na vitória, dos seus principais protagonistas, exemplo esse, em quem os políticos atuais e futuros, deviam ir buscar inspiração e copiar comportamentos e posturas cívicas.